Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

PARQUES, INVESTIGAÇÃO E ORDENAMENTO*

por

Alexandra Cerveira Lima**

Resumo: Com base nas propostas de temas sugeridos e nas questões colocadas pela organização desta mesa-redonda, apresentam-se algumas reflexões a propósito de áreas protegidas dependentes do Instituto de Conservação da Natureza – Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Natural do Douro Internacional – e do Parque Arqueológico do Vale do Côa, sob tutela do Instituto Português de Arqueologia. Procura-se evidenciar a ligação entre a gestão dos parques e as comunidades em questões relativas à defesa e valorização do património: *conservar o quê; como conservar.*

Escolhemos duas freguesias – dois territórios de vida de duas comunidades, Castro Laboreiro e Pitões das Júnias – para apresentar e debater reflexos, no património e nas comunidades, de intervenções arqueológicas patrocinadas pelo Parque Nacional nestas áreas onde estreia e idealmente, se liga a gestão do património cultural e natural.

A propósito do Parque do Douro Internacional questionamos a forma como se colocará junto das comunidades a questão da relação entre conservação do património e desenvolvimento: *conservar para quê*? A importância de ordenar paisagens, valorizar sítios naturais e arqueológicos e melhorar condições de vida.

Sobre o Parque Arqueológico do Vale do Côa destacaremos o papel dos planos de ordenamento na desejável integração entre comunidades e património. Sublinharemos, ainda, a propósito da história da conservação da arte rupestre do Côa, exemplos de expectativas divergentes e convergentes, institucionais e das populações. *Congelar a vida ou actuações?*

Palavras-chave: Parques naturais e arqueológicos; património natural e cultural; conservação e mudança.

---

* Este texto segue de muito perto a comunicação apresentada e pouco foi acrescentado. Não por opção metodológica mas antes por questões conjunturais que não me concederam o tempo necessário para desenvolver mais aprofundadamente algumas das temáticas.

Queria referir, antes de introduzir as questões que abordo, que se trata essencialmente de reflexões e experiências relacionadas com a actividade desenvolvida enquanto arqueóloga. E situo o quadro profissional para que fiquem claras as razões pelas quais este tema, dos vários propostos pela organização deste Encontro, me interessou muito particularmente: pertenço ao quadro do Instituto de Conservação da Natureza/ Parque Nacional da Peneda-Gerês; fui colaboradora do Parque Arqueológico do Vale do Côa nos primeiros anos da sua criação, parque onde me encontro em comissão de serviço desde 1 de Outubro de 2004. A investigação havia sido recentemente dirigida também no contexto do doutoramento que preparo para os parques naturais do Douro Internacional do Vale do Guadiana.

** Arqueóloga. Directora do PAVC (Vila Nova de Foz Côa).

Abstract: Based on the proposals of suggested subjects and questions ennumerated by the organisation of this round table, we present some thoughts regarding the protected areas which depend on the Institute of Conservation of Nature, and Arqueological Park of the Coa Valley / Portuguese Institute of Archeology. We aim to underline the links between admnistration of the parks and the communities, regarding the protection and improvement of the patrimony: *to conserve what, and how*? About two communities, Castro Laboreiro and Pitoes das Junias,we discuss the impact in the patrimony and communities, of archeological interventions funded by the National Park in these areas where the admnistration of the cultural and natural patrimony are so ideally close.

Regarding the Douro International Park we wonder the format in which the question of relation between conservation and devellopment will take place: *to conserve, what for?* The importance of organising landscapes, to improve natural and archeological sites and improve the quality of life. Regarding the Coa Valley Archeological Park we will underline the role of the Parks in the desirable integration of communities and patrimony. We will emphasise as well, regarding the conservation of the Coa Rock Art, examples of convergent and divergent expectations of the population and the institutions.

Key-words: Natural and archeological parks; natural and cultural patrimony; conservation and change.

À vista de realidades como a paisagem das Serras do Noroeste e a arte rupestre do vale do Côa, a pergunta *conservar para quê?*, face à importância do património em causa – paisagístico, natural, arqueológico, arquitectónico e artístico –, parece não chegar a ocorrer, ou ocorrer bem depois de um primeiro impulso conservacionista e nalgum momento de mais ociosa reflexão. E, no entanto, quando se trata do dia-a-dia das instituições que gerem estes espaços, mais ainda, quando se trata do quotidiano das populações, coloca-se desde logo esta questão face a mil concretos e diários gestos, problemas e vontades.

Situemo-nos no exemplo do Planalto de Castro Laboreiro. Foi a milenar utilização extensiva deste território, rico em pastagens naturais, no contexto de um modo de vida agro-silvo- pastoril, que permitiu que perdurasse até hoje uma necrópole megalítica que, entre Portugal e a vizinha Galiza, conta com mais de uma centena de monumentos. O gado que pasta, a passagem dos viajantes e almocreves, até uma muito localizada mineração, o cultivo sobre queimada, usado até meados do século passado, não bastaram para destruir os monumentos. Foram sendo integrados no quotidiano dos habitantes que, pela sua proeminência na paisagem, os usaram como marcos essenciais na geografia local, servindo de limite de freguesia, concelho, país. Preservou-se assim de maiores alterações o património arqueológico e o território envolvente. E quando, actualmente, se pretende rasgar estradas para um melhor acesso ao coração do planalto por razões turísticas, nuns casos, ou de conveniência das populações locais, pergunta-se, *preservar para quê*? Se não para ser fruído, usado, mostrado? A questão coloca-se, naturalmente. A comunidade preservou e, agora, quer fruir, a seu modo, do património que acolhe, do território que é seu. Que dizer? Não parece lícito nem possível fechar o território com uma chave que abre à mão apenas de instituições e investigadores. Parece-nos que neste caso, como em tantos outros, a gestão do património e da conservação numa perspectiva integrada e no contexto de unidades territoriais definidas tem todo o sentido e pode ser parte da solução. É preciso sobre-

tudo investigação, reflexão, conhecimento. Ideia do que há e do que importa que perdure. Desenvolveremos este tema: quando fazemos cartas arqueológicas, cartas do património, que acompanham PDM's, Planos de Ordenamento, o que se plasma na cartografia é que há uma determinado número de realidades relevantes. Explicita-se, ou subentende-se, que se devem preservar. Pontos que se marcam aqui e além, ou manchas, noutros exemplos de cartografia porventura já mais reflectidos. E se cada vez mais se vulgariza a preocupação em não marcar apenas um ponto – como se os habitantes de um povoado vivessem apinhados e contidos em redor de um pico, para citar um exemplo, e não se arrojassem a sair de um círculo perfeito que possamos marcar com geométrica limpeza no mapa – mas uma mancha, correspondendo à área pela qual se dispersam os materiais que podemos relacionar com aquele povoado, ou correspondendo mesmo à área provável em que podemos vir a encontrar materiais com ele relacionável ou, mais ainda, com a área que consideramos determinante para a sua protecção, se dizíamos, esta importante tendência vem ganhando corpo, pode ser vasta a área marcada como patrimonialmente assinalável de uma perspectiva arqueológica. E quanto ao que se considera património integrável numa carta arqueológica? Se por vezes pecam por omissão, quantas vezes em estudos de impacte dir-se-ia que se inclui *tudo o que não mexe*? Silhas, abrigos de pastor, moinhos, levadas, cruciformes de todo o sabor e gosto. Se objectivarmos um pouco os critérios, nem sempre explícitos, que conduzem à inclusão de uma determinada realidade no conceito de património arqueológico, podemos ver alastrar o património constante nestas cartas até percentagens relevantíssimas do total da área considerada. Integrará despovoados modernos e contemporâneos, se os considerarmos, como metodologia de trabalho, realidades arqueológicas desde que há mais de três gerações sem uso. Casas, moinhos, fornos, caminhos, seguindo este mesmo critério. Se estivermos a falar do território de Castro Laboreiro, a mancha do que se considera património arqueológico vai alastrando. Por essa razão julgamos essencial propor desde logo um determinado valor patrimonial para cada realidade considerada. Para que dentro de um dado território, e numa perspectiva de valor relativo, seja possível hierarquizar prioridades de conservação. Naturalmente para cumprir este desiderato há que definir claros critérios, mas essa questão sai fora do âmbito desta comunicação. Mas sem marcar territorialmente as realidades arqueológicas – os pontos de pouco servem para o ordenamento – e sem hirarquizar prioridades, não há vontade de preservação que valha. Se arquitectos paisagistas isolam e hierarquizam paisagens de valor ímpar ou nem tanto, se biólogos isolam e definem áreas de absoluta protecção ou nem tanto, o património arqueológico ganhará em ser tratado da mesma forma: identificar claramente e hierarquizar, para definir estratégias. No fundo, para negociar. E se a hierarquização é feita no contexto de um dado território – a freguesia pode ser operacional, mas nem sempre será o mais adequado quadro de referência –, mesmo que não estejamos perante um único monumento classificado

como de interesse nacional, público ou municipal, passa a haver, nessa freguesia, um ou um conjunto de monumentos, de sítios, de estruturas, de interesse relevante. Nesta avaliação relativa, no contexto de um território dado, intocáveis. Que terão de ser conservados. A pergunta *conservar para quê?* – que um arqueólogo habitualmente não coloca mas que, face às comunidades, tem amiúde de responder – passa a ter uma resposta "negocial": porque tem, neste contexto, um alto valor patrimonial. E pode ser necessário, de facto, trocar um pelos outros. O planalto de Castro Laboreiro, para resituar o exemplo, não é trocável. Tem um altíssimo valor patrimonial. Nestas questões, como em tantas outras, uma boa comunicação entre as instituições, os investigadores e a comunidade é decisiva.

No caso do Mosteiro de Santa Maria das Júnias, enquanto pôde durar uma intervenção arqueológica patrocinada pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês que foi integrando colaboradores locais, jovens em número considerável, a ligação foi-se fazendo cada vez mais estreita, e a compreensão do monumento, a sua leitura, o que significa em termos de testemunho e de herança, foi permitindo a esses jovens perceber o que estava em causa com a preservação do monumento. Que vale por si. Limpando cuidadosamente as paredes, olhando-as, estudando-as, foi recuando a ideia que se havia espalhado de construir ali uma pousada no que resta de uma edificação cujo aparelho é na sua maioria de fábrica moderna e tosca.

Os trabalhos arqueológicos têm, do ponto de vista social, uma grande vantagem, quase sempre necessitam de colaboradores e obrigam a que os intervenientes venham para a rua, para o campo, para o espaço público. Promovem interacções. Multiplicam-se as visitas guiadas, os contactos entre os que residem e os que chegam do exterior. E, por um primitivo e compreensível impulso, as distâncias sociais e de estatuto esbatem-se entre pessoas cobertas de terra e sujas de pó, com as mãos no pico, na vassoura e na terra. Promovem-se aproximações, contactos, trocas de informações e influências. Trazendo investigadores, visitantes, meios de comunicação social, as escavações são um importante meio dinamizador e animador dos locais, capazes de, por si só, gerarem interessantes alterações nas vidas das comunidades. Se em alguns contextos universitários internacionais há a tradição de deixar algo ou alguma acção relevante às comunidades que se estudou, como troca pelo facto de terem sido objecto de estudo, alguns trabalhos arqueológicos nem precisam dessa preocupação ética e civilizacional. São, se bem conduzidos, e em si mesmo, benefício bastante.

Em Castro Laboreiro há, como noutras comunidades, um notório impulso para as questões históricas e alguns jovens tornaram-se arqueólogos. Vontade que cresce, ao menos em parte, pelo desejo de ligação à terra dos que emigram. De tal forma se fixaram pelo mundo que procuram na História, em histórias sobre o espaço e os antepassados, um modo de retorno ao território, no caso cheio de especificidades como é o complexo sistema de povoamento em brandas e inverneiras. Se as condições de

vida se alteraram muito, se poucos vivem já nesse sistema que os levava, sazonalmente, do povodo de Inverno ao povoado de Verão, há hoje inverneiras, sobretudo, que se vão desabitando. Há caminhos que morrerão. E a ideia de criar um núcleo museológico com o qual se articule a preservação de uma parte, ainda que pequena, da paisagem construída ao longo do período medieval e pós-medieval – casas numa branda, uma inverneira, uma pontes e rede viária associada... –, de modo a dar conta, valorizar, informar, sobre um modo de vida que mudou mas ainda não se esqueceu, é uma interessante forma de contribuir para essa vontade de *fazer história*, de criar memória, mas é também um modo eficaz de canalizar verbas e dirigir atenção para a munutenção de património arquitectónico e arqueológico e dos restos materiais do quotidiano recente das comunidades. A criação de um núcleo museológico, como está a ser concebido sob patrocínio e impulso da Câmara Municipal de Melgaço, parecendo uma leitura da evolução da ocupação humana no território, mas também dos trabalhos de investigação que deram origem a esta narração histórica, e funcionando ao mesmo tempo com centro de documentação – guardando testemunhos de vida, promovendo recolhas de informação – e como centro de investigação, transporta tanto uma ideia de conservação como uma preocupação de actuação no presente, de formação, de dinamização, de animação. Há um imenso e notório interesse por parte da comunidade que dá frutuosos resultados quando as instituições e os investigadores estimulam a colaboração e a congregação de vontades.

Em locais como Freixo de Espada à Cinta ressalta o grande isolamento das comunidades e o conceito de periferia ganha corpo quando conhecemos as aldeias do concelho. Aqui, o magnífico património paisagístico e arqueológico poderá ajudar a fixar gentes, pois, em boa verdade, e num primeiro relance, não parece ser muito mais o que há para as fixar! Mas como poderão as instituições, Câmara Municipal e Parque Natural, e mesmo entidades privadas, contribuir para que simultaneamente se melhorem condições de vida e se mantenham ordenadas as paisagens? Acções tão parcelares como devastadoras que consistem em rasgar estradas perigosas, mal traçadas, criando feridas na paisagem, que conduzem a um local onde uma placa informativa tantas vezes pouco clara e de gosto duvidoso informa estarmos num miradouro, parecem ser tão pobre estratégia que é confrangedor ver como se repetem. Um parque natural, que emana da administração central, deve ter, em articulação com as autarquias, uma função primordial no ordenamento das paisagens, na melhoria das condições de vida, congregando trabalho de arquitectos, paisagistas, arqueólogos, biólogos, técnicos que conduzam para boas soluções agrícolas, economistas que encontrem imaginativas soluções ajudando as pessoas a pensar[1]. Em termos de património arqueológico é necessá-

[1] O projecto do Ecomuseu do Barroso elaborado pela Quaternaire contém todas estas preocupações, esperemos que possa vir a funcinonar cumprindo os objectivos traçados.

rio trazê-lo à vida, valorizá-lo, actualizá-lo. As comunidades não protegem riscos ou pedras, mas passam a integrá-los na sua vida se se convertem em arte e em povoados com casas, ruas, História. É importante que as instituições sejam, deste e de outros pontos de vista, planificadoras e actuantes, que chamem investigadores que criem projectos de investigação, de valorização, que possam depois restaurar casas e promover a vinda e instalação de outros, que as instituições reunam com investigadores de fora e de dentro, que vão pedir ideias aos que partiram e procurar empenhá-los de novo na terra. Fazem os Parques isto? Por vezes sim. Mas habitualmente não têm gente ou não têm verbas ou assentam numa perspectiva parcelar e presa à biologia que, por si só, em paisagens humanizadas, pouco pode operar. Por isso os planos de ordenamento são determinantes. Quando, em cidades europeias, para se vender um terreno se tem de apresentar projecto de construção aprovado e aprovado inclusivamente pelos vizinhos coloca-se a questão, como tantas vezes se coloca no contexto dos parques naturais, de se estar a criar uma *reserva de índios*? E fizeram mal à cidade tais restrições, se restrições lhes quisermos chamar? Fundalmental é, como tem sido patente em artigos recentes publicados na imprensa portugesa, que os planos de ordenamento sejam actualizáveis e, mais ainda, promovam o encontro de opiniões, estabeleçam plataformas de diálogo entre os vários interesses em presença. Que haja ordenamento, regras de relação com a paisagem e com os outros, restrições à destruição, todos ganharemos com isso. A questão é que as instituições dão muitas vezes desadequadas ou incompletas respostas, quando seriam fundamentais as boas políticas de gestão: não basta impor, é necessário a todo o tempo investigar, explicar razões e criar efectivamente contrapartidas.

Em Foz Côa, com o fracasso do programa de incentivo ao investimento criado na sequência da decisão de não edificação da barragem, assistimos ao que poderá ser um rude golpe numa *perspectiva de engenharia* sobre o mundo. De facto, associa-se o fazer obra ao fazer progresso, a melhorar as condições de vida. Qualquer que seja, uma estrada, uma barragem, uma obra, são sentidas como um bem em si. Trazem gente enquanto se constróiem, e trazem uma alteração na paisagem, uma marca no território, e isso parece bem a uma parte importante da comunidade que vê a conservação como um sinal de regressão, de não-desenvolvimento. Um pouco ao jeito dos designados neo-conservadores são, de facto, conservadores em pensamento e querem revolucionar o ordenamento do território. Virá-lo do avesso! Bombardeá-lo com estradas, taludes, rotundas. Cabe a uma pensada gestão por parte das instituições inflectir esta tendência. No Côa, dir-se-ia que o cuidado que foi posto na criação de uma figura nova de gestão do território, a vitória de um impulso conservador relativamente ao património mas inovador ao romper com a perspectiva vigente sobre a contemporaneidade concelhia, poderão ter sido hipotecados na fase de execução das políticas. O Pro-Côa, particularmente, espelha o que não deve ser feito pela Administração: contribuir para a criação

de altas expectativas e, simultaneamente, para o fracasso das respostas. O Parque Arqueológico por longo tempo arcará também, junto da comunidade local, com esse ónus. E há um ponto que é determinante para que a conservação seja efectiva e resulte numa pluralidade evidente de benefícios: o associar das comunidades ao património que guardaram, de que se sentem proprietárias ou depositárias. Termino a lembrar que o Vale do rio Guadiana contém, em Mértola, um interessantíssimo exemplo de como associar populações, desenvolvimento e conservação.

BIBLIOGRAFIA

ÁNGELES QUEROL, Mª Y MARTÍNEZ DÍAZ, BELÉN (1996). *La Gestión del Património Arqueológico en España*, Madrid, Alianza Editorial.

DAVIS, PETER (1999). *Ecomuseums. A sense of place*. London, Leicester University Press.

«Jornadas sobre Parques con Arte Rupestre», 1990 (Zaragoza, Diputación General de Aragón).

LIMA, ALEXANDRA CERVEIRA (1995). Museu de Castro Laboreiro. Linhas gerais de uma proposta de musealização da paisagem da área de Castro Laboreiro. *Revista da 4ª feira-Mostra do Parque Nacional da Peneda-Gerês*, Braga, PNPG, p. 32-37.

LIMA, ALEXANDRA, CARVALHO, ANTÓNIO E AUBRY, THIERRY (1999). Levantamento Arqueológico do PAVC. Situação actual em 1999, in *Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Estudos de Caracterização – Património Natural e Cultural*, Vol. 1, Aveiro, Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, p. 100-112.

LIMA, ALEXANDRA CERVEIRA (2001). A propósito de História e de Moinhos de Vento. Para que a Carta Arqueológica opere no ordenamento definindo unidades paisagísticas e patrimoniais. *Tribuna da Natureza*, 8, FAPAS, Porto, Outono.

LIMA, ALEXANDRA CERVEIRA. O papel da investigação no ordenamento e gestão de Áreas Protegidas e Parques Arqueológicos e o aperfeiçoamento de instrumentos de planificação arqueológica. Actas do Seminário «Gestão de Sítios e Paisagens», *Conímbriga*, Março de 2002 (no prelo).

LIMA, ALEXANDRA CERVEIRA. Cartas de Sensibilidade Patrimonial, *Al-Madan*, 2ª Série, 12, Dezembro de 2003.

MARTÍNEZ VALLE, RAFAEL (2000). El Parque Cultural de Valltorta – Gasulla (Casttellón). *Trabajos de Prehistoria*, Madrid, vol. 57, 2, p. 65-76.

PESSOA, FERNANDO SANTOS (1999). *Refexões sobre Ecomuseologia*. Porto, Edições Afrontamento, 2001.

PINTO, FERNANDO MAIA. O Parque Arqueológico do Vale do Côa: projectos, iniciativas e gestão. *Arkeos*, 6, p. 279-300.

Seminario de Parques Arqueológicos (1993). Madrid, Instituto de Conservación y Restauración de bienes culturales.

SILVA, ANTÓNIO MANUEL (2003). A Gestão do Património Arqueológico e os Instrumentos de Ordenamento do Território. Comunicação apresentada aos *«Encontros Culturais do Baixo Tâmega»*, Baião, Câmara Municipal, 18-19 de Setembro.

TORRES, CLÁUDIO E JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (coords.) (1998). *A Arqueologia e os Outros Patrimónios*, Porto, ADECAP.